



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

## CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 LOCAL, DATA E HORA: Sala de reuniões do Gabinete da Secretaria das Cidades, 1º andar  
2 do Ed. Seplag, Cambéba, Fortaleza, capital do Estado do Ceará; ao vigésimo-segundo dia  
3 do mês de agosto, do ano de dois mil e dezesseis, às 08:30h, com a presença da maioria  
4 simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará -  
5 ConCidades/CE, sob a presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do  
6 ConCidades-CE, Sr. Francisco Quintino Vieira Neto. PAUTA: 1). Abertura, Informes,  
7 Aprovação da Pauta, Aprovação da Ata da 25ª Reunião Ordinária; 2) Coordenação  
8 Executiva: **manutenção** (com indicação de novos membros) ou **exclusão da estrutura do**  
9 **ConCidades**; 3) Reunião Ordinária dos Comitês Técnicos; 4) Apresentação dos Comitês  
10 Técnicos; 4) Apresentação VLT Parangaba/Borges de Melo; 5) Balanço Conferências  
11 Municipais das Cidades. PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e  
12 suplentes, representando os segmentos Poder Público Executivo; Movimentos Sociais e  
13 Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais, Acadêmicas e de  
14 Pesquisa; e Organizações Não Governamentais, além de convidados e ouvintes, conforme  
15 registrado nas respectivas listas de frequência. O Sr. **Francisco Quintino Vieira Neto**  
16 **(Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do ConCidades)**, confirmada  
17 existência de *quórum*, deu início à reunião saudando os presentes e manifestando o prazer  
18 de estar participando daquele encontro. Ressaltou a importância do ConCidades, no sentido  
19 em que discute os problemas dos municípios e procura ajudá-los a trabalhar de forma mais  
20 organizada. Nesse sentido, citou o caso da região do CRAJUBAR, compreendida pelos  
21 municípios de Crato, Juazeiro e Barbalha, para a qual se pretende a elaboração de um  
22 Plano Diretor único, por não se conceber mais tratá-los como três municípios isolados. Por  
23 conta de esses três municípios insistirem em trabalhar separadamente um do outro,  
24 acrescentou, a oportunidade de o Cariri ter um Aterro Sanitário acabou sendo desperdiçada.  
25 Adiantou, contudo, que a Secretaria das Cidades já estava atuando junto à equipe do  
26 Saneamento com o objetivo de aquela região vir a ser beneficiada, o mais cedo possível,  
27 com o Aterro Sanitário. Ressaltou, ainda, quão fundamental era o papel dos conselheiros,  
28 pois a partir do conhecimento das dificuldades existentes em suas regiões poderiam  
29 contribuir com os grandes projetos da Secretaria, como UGP I e UGP II. Concluiu  
30 enfatizando que a atualização dos Planos Diretores, por parte dos municípios, era  
31 fundamental para que tudo acontecesse de forma organizada. Por fim, agradeceu a  
32 presença de todo(a)s e colocou-se à disposição do Conselho, desejando um bom trabalho a  
33 todos. Em seguida, o Sr. Mário Fracalossi, conselheiro representante da Prefeitura Municipal  
34 de Fortaleza, pediu a palavra para dizer que a SCidades exercia um papel fundamental no  
35 processo de articulação com os municípios, especialmente no tocante ao desenvolvimento  
36 urbano integrado, mas que essa visão integrada ficava muitas vezes prejudicada em função  
37 de dificuldades ideológicas e/ou partidárias, acarretando prejuízos para a população, que  
38 acabava por não conseguir o que almejava. Aproveitou para informar que, em Fortaleza, a  
39 Prefeitura vinha tendo uma experiência muito interessante com o Projeto "Fortaleza 2040",  
40 que constituía um resgate do planejamento de longo prazo. Ressaltou que todas as cidades  
41 do Ceará precisavam ter essa visão, e isso se iniciava com o Plano Diretor, o qual deveria  
42 resultar não só do olhar para o município, mas para a região em que estava inserido, sendo  
43 esta a maior dificuldade a ser superada. Lamentou que o Conselho da Região Metropolitana  
44 de Fortaleza estivesse completamente adormecido, contribuindo para a continuidade da



# Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

45 visão individualista e de curtíssimo prazo dos municípios, a qual dificultava ao Estado  
46 desenvolver e neles estabelecer esse processo de visão e atuação integrada. De posse do  
47 quadro de municípios que realizaram suas Conferências Municipais, distribuído ao início da  
48 reunião aos conselheiros, o conselheiro Fracalossi comentou que retratava bem aquele  
49 problema, à medida que revelava a falta de visão de cidade e de desenvolvimento por parte  
50 dos municípios em geral, os quais só se dispõem a fazer algo se o não fazê-lo implicar em  
51 suspensão de algum repasse de verba. Voltando ao Projeto "Fortaleza 2040", disse que seu  
52 grande desafio era montar um modelo de governança para que o planejamento se  
53 mantivesse ativo. Neste sentido, indagou em que medida o ConCidades/CE, com o apoio da  
54 Secretaria das Cidades, poderia desenvolver um plano ou programa de desenvolvimento de  
55 capacidades dentro do município, porque mais do que elaborar planos era fundamental  
56 desenvolver capacidades dentro dos municípios. Por fim, colocou que o ConCidades/CE já  
57 trabalhara no incentivo à criação dos Conselhos Municipais das Cidades, mas que o  
58 resultado havia sido frustrante, haja vista o número ínfimo criado, contudo, finalizou, o  
59 conselho deveria insistir e persistir nesse trabalho junto aos municípios. O conselheiro José  
60 Lino Fonteles, representante da Defensoria Pública Estadual, corroborou com as colocações  
61 do Sr. Mário Fracalossi, destacando, dentre elas, a de que se deve manter o processo de  
62 contínua sensibilização dos gestores públicos municipais em relação à criação dos  
63 Conselhos das Cidades. Em seguida, a palavra foi passada à conselheira Firmiana Siebra,  
64 representante da URCA, que após enfatizar quão importante seria elaborar um Plano Diretor  
65 para a Região Metropolitana do Cariri, como um todo, aproveitou, também, para falar de  
66 uma grande preocupação da URCA em relação ao deslocamento de seus alunos na área do  
67 Geopark Araripe e seus geossítios, neste sentido, pedia a devida atenção da Secretaria das  
68 Cidades para a falta de infraestrutura adequada de transporte e mobilidade para atender aos  
69 deslocamentos diários de alunos naquela área. Após essa intervenção, o Secretário  
70 Quintino Vieira pediu licença para ausentar-se, colocando-se à disposição de todos e  
71 passando o comando dos trabalhos ao Secretário Executivo do ConCidades, Francisco  
72 Lopes, o qual, na sequência, submeteu à apreciação da plenária a Ata da 25ª Reunião  
73 Ordinária, enviada previamente a todos os conselheiros e conselheiras, tendo sido a mesma  
74 aprovada na íntegra, por unanimidade. Em seguida, foi a vez de submeter à avaliação  
75 do(a)s conselheiro(a)s a Pauta da 26ª Reunião do ConCidades e, sobre a reunião dos  
76 Comitês Técnicos nela prevista, o conselheiro José da Silva Sousa, representante da  
77 FESEC/Sobral, indagou se os coordenadores dos comitês haviam sido avisados daquela  
78 reunião, ao que o Secretário Executivo do ConCidades respondeu que sim, aproveitando  
79 para mencionar a presença do Sr. Cyro Régis, coordenador do Comitê de Transporte e  
80 Mobilidade Urbana. Quanto aos demais coordenadores, informou estarem ausentes,  
81 registrando, contudo, a presença da Sra. Marcela Soares, representando a Coordenadoria  
82 de Saneamento, e a Sra. Guaracimeire Matos, representando a Coordenadoria de  
83 Habitação. Relativamente à Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano, registrou que não  
84 se encontrava representada na reunião. Nessa ocasião, interveio o conselheiro Mário  
85 Fracalossi para pedir que ficasse registrado em Ata o seu protesto pela ausência daqueles  
86 coordenadores dos comitês técnicos. Corroborando com o Sr. Mário Fracalossi, o  
87 conselheiro José Ailton Silva, representante da FAITA, ressaltou que a raiz do problema da  
88 Coordenação Executiva e dos Comitês Técnicos estava diretamente relacionada à postura  
89 do Presidente e Vice-Presidente do ConCidades, Secretário e Secretário-Adjunto das  
90 Cidades, respectivamente, em relação àquele Conselho. Diferentemente da gestão da qual  
91 fez parte o Sr. Mário Fracalossi, então Secretário Adjunto, e que participava das reuniões,  
92 do início ao fim, acrescentou, a gestão atual da Secretaria das Cidades não se envolvia



# Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

93 verdadeiramente na condução e no acompanhamento dos trabalhos ali desenvolvidos. Na  
94 sequência, vários conselheiros aproveitaram para, unanimemente, manifestar sua  
95 inquietação e insatisfação com a Secretaria das Cidades por esta não envolver nem  
96 convidar o ConCidades a participar de grupos ou comitês formados, no âmbito da Secretaria  
97 e suas vinculadas, para discutir e acompanhar projetos nas suas áreas de atuação,  
98 resultando dessa conduta, em relação ao Conselho, que pouco ou nada este fica sabendo  
99 sobre o que nelas acontece. Feitas essas intervenções, o Secretário Executivo do  
100 ConCidades, Francisco Lopes, retomou a palavra para dizer que se os conselheiros  
101 achassem melhor discutir questões internas, pertinentes ao funcionamento do conselho,  
102 poderiam alterar parcial ou integralmente a pauta que lhes estava sendo apresentada, de  
103 forma que viesse a atendê-los no que considerassem prioritário discutir à ocasião. Em meio  
104 às discussões que se seguiram, o conselheiro Cyro Regis, representante da Seinfra, pediu a  
105 palavra para registrar que, no caso do Plano de Ação do Comitê de Transporte e Mobilidade  
106 que coordenava, as ações que haviam sido definidas estavam fortemente vinculadas e  
107 associadas às questões do Comitê de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, de vez que  
108 a política de Transporte e Mobilidade Urbana estava inserida em um contexto maior, que era  
109 o da política de Desenvolvimento e Planejamento Urbano. Evocou, em seguida, sua  
110 participação, a convite da Secretaria das Cidades, em diversas etapas de um trabalho que  
111 tinha como fim último a elaboração de planos diretores, por parte de alguns municípios, para  
112 registrar que, imaginara fosse dado conhecimento aos conselheiros, em uma das primeiras  
113 reuniões de 2016 do ConCidades, dos resultados daquele trabalho, o que infelizmente não  
114 havia acontecido. Ressaltou, ainda, que por considerar importante o envolvimento da  
115 sociedade civil, houvera proposto no termo de referencia que não só as audiências públicas,  
116 mas também os conselhos locais ratificassem a elaboração e acompanhassem o  
117 andamento daqueles planos, sugerindo, inclusive, que o Conselho das Cidades do Estado  
118 do Ceará acompanhasse todo o processo. Disse, ainda, que as colocações feitas, somadas  
119 ao fato de haver-se chegado a mais uma reunião sem que qualquer retorno daquele  
120 trabalho estivesse em pauta e à recém anunciada ausência do coordenador da área de  
121 Planejamento e Desenvolvimento Urbano, rebatiam fortemente em cima do Comitê de  
122 Transporte e Mobilidade Urbana que coordenava. Concluindo, afirmou que era muito grave  
123 para a vida daquele Conselho a ausência das coordenações das áreas que compunham os  
124 Comitês Técnicos do ConCidades. Em seguida, a palavra foi passada a Srta. Marcela  
125 Soares, da Coordenadoria de Saneamento, que informou haverem sido sancionadas, em 20  
126 de junho de 2016, a Política Estadual de Abastecimento de Água e de Esgotamento  
127 Sanitário do Estado do Ceará; a Política Estadual de Resíduos Sólidos e a Política de Reuso  
128 de Água, tendo suas respectivas Leis sido publicadas no D.O.E. de 22 de junho de 2016.  
129 Marcela destacou, ainda, que dentro da Lei Complementar nº 162, que diz respeito à Política  
130 de Abastecimento de Água, encontra-se destacado o papel fundamental do Conselho  
131 Estadual das Cidades, o qual constitui um dos instrumentos que exercerá o controle social,  
132 no âmbito dessa Política. Assim, concluiu, a Lei traz em seu corpo alguns direitos e deveres  
133 pertinentes ao ConCidades. Neste ponto a conselheira Gorete Fernandes interveio para  
134 solicitar fosse enviada cópia da referida Lei a cada conselheira(o). Retomando a palavra,  
135 Marcela Soares ressaltou quão importante era fortalecer o ConCidades para que tivesse  
136 condições de cumprir o seu papel, conforme disposto naquela Lei. Por fim, desculpou-se em  
137 relação à ausência de seu coordenador, no caso, o de Saneamento, ressaltando que ali se  
138 encontrava como representante daquela área para acompanhar o encontro e para transmitir  
139 as informações que acabara de prestar. Em seguida, pronunciou-se novamente o  
140 conselheiro José Lino para reforçar as colocações feitas pelo conselheiro Cyro Régis e para



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

141 registrar que a participação social, no âmbito dos municípios, era tão incipiente que não  
142 dava para se dizer que ela, de fato, existia. Nesse sentido, disse que se o ConCidades  
143 quisesse mudar aquela realidade teria que assumir o papel de promotor da participação  
144 social nos municípios e que, para isso, haveria que discutir, debater e encontrar a forma  
145 adequada de como proceder para chegar à população e ajudá-la a se organizar e participar.  
146 Na sequência do encontro, a conselheira Gorete Fernandes pediu que fosse retomada a  
147 Pauta daquele encontro para que a plenária se manifestasse sobre sua aprovação ou não.  
148 Após ampla discussão, os conselheiro(a)s deliberaram por ajustar a PAUTA da 26ª Reunião  
149 Ordinária do ConCidades, a qual foi redefinida com os seguintes tópicos e aprovada por  
150 unanimidade: 1). *Abertura, Informes, Aprovação da Pauta, Aprovação da Ata da 25ª*  
151 *Reunião Ordinária;* 2) *Coordenação Executiva: **manutenção** (com indicação de novos*  
152 *membros) ou **exclusão da estrutura do ConCidades;*** 3) *Balanço/Avaliação Conferências*  
153 *Municipais das Cidades;* 4) *Definição de um Plano Estratégico para o ConCidades/CE.* Ato  
154 contínuo, avançou-se diretamente para o segundo ponto da pauta, que tratava da  
155 manutenção ou exclusão da Coordenação Executiva do ConCidades, tendo sido aprovada  
156 por unanimidade a manutenção da Coordenação e indicados os nomes dos seguintes  
157 conselheiro(a)s para dela fazerem parte, até a realização da 6ª Conferência Estadual das  
158 Cidades: Representando o Poder Público, os conselheiros José Lino Fonteles da Silveira e  
159 Irisletiry Lima de Sousa Fernandes, e representando a Sociedade Civil, as conselheiras  
160 Maria Gorete Fernandes, Tereza Hilda Bezerra de Souza Costa e Anatalice da Silva  
161 Cavalcante. A minuta da Resolução Normativa Nº 05, que diz respeito à nomeação dos  
162 membros da Coordenação Executiva do ConCidades, elaborada à ocasião, constitui anexo  
163 único desta Ata. Avançando ao próximo ponto de pauta, o Secretário Executivo do  
164 ConCidades, Francisco Lopes, deu início à apresentação do balanço e avaliação das  
165 conferências municipais, tendo sido distribuído aos presentes um quadro que informava  
166 quais municípios haviam realizado suas conferências; quais haviam convocado, mas não  
167 realizado; e quais os que sequer haviam convocado. Num detalhamento ainda maior, o  
168 quadro apontava quantas conferências haviam sido validadas ou invalidadas e quantas  
169 ainda se encontravam sob análise, até aquele momento. Francisco Lopes fez um breve  
170 relato do desenrolar do processo de realização das conferências, iniciado com a elaboração,  
171 pela Secretaria Executiva do ConCidades, de minutas da documentação a ser providenciada  
172 pelos municípios, que juntamente com outros documentos informativos e orientadores  
173 compuseram o CD entregue, *in loco*, a todos os municípios que participaram dos nove  
174 Seminários Regionais de Sensibilização realizados e posteriormente enviado a todos os  
175 demais municípios cearenses que não haviam comparecido a qualquer seminário.  
176 Acrescentou, ainda, o esforço continuado daquela Secretaria Executiva e da Comissão  
177 Preparatória Estadual para atender os municípios, até onde fosse possível, em todas as  
178 suas carências, para que aquele processo se desenvolvesse a contento. Disse, ainda, que  
179 mesmo com a postergação do prazo de convocação das conferências para 06 de maio,  
180 autorizada pelo Ministério das Cidades, o retorno apresentara-se muito aquém do esperado.  
181 Em seguida, destacou o inestimável apoio dos conselheiro(a)s e técnico(a)s que se  
182 disponibilizaram a apoiar os municípios nas suas conferências, fosse ministrando palestra  
183 sobre o tema, fosse com a aplicação de metodologia de trabalho para que o evento fosse  
184 bem sucedido e gerasse os resultados pretendidos. Dito isto, Francisco Lopes aproveitou  
185 para informar aos conselheiros, relativamente aos recursos financeiros que mantêm o  
186 ConCidades e são disponibilizados via Contrato de Gestão da Secretaria das Cidades com o  
187 Instituto Agropolos do Ceará, que o contrato anterior vigera até março de 2016 e que o novo  
188 contrato havia sido firmado somente a partir de 16 de junho de 2016, situação que



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades


189 comprometeu um apoio mais efetivo da Secretaria Executiva e do próprio ConCidades aos  
190 municípios, no período de 01/Abril a 15/Junho, período de maior incidência de conferências  
191 municipais. Esclareceu, ainda, que no contrato atual, em vigor até 31 de dezembro 2016,  
192 estavam previstas sete reuniões do ConCidades e/ou dos Comitês Técnicos; o apoio a dez  
193 conferências municipais; e o acompanhamento de atividades e mobilização dos parceiros do  
194 ConCidades. Desta feita, concluiu, não havia recursos disponíveis para outros fins, a não  
195 ser para aqueles previstos no contrato firmado. Relativamente aos Conselhos Municipais,  
196 informou que a Sexec/ConCidades, com base nos relatórios das conferências municipais,  
197 levantaria quais municípios tinham seus conselhos das cidades formalmente criados para,  
198 num eventual próximo Contrato de Gestão incluir meta relacionada ao fortalecimento  
199 daqueles conselhos. A conselheira Antonia Luzanira Lima, representante da FOSMUT,  
200 interveio para evocar uma demanda antiga feita ao IDACE e até hoje não atendida,  
201 relacionada ao Projeto Atlas de Divisas Georreferenciadas do Estado do Ceará, e dar conta  
202 de que a população daquele município se sentia prejudicada e precisava de respostas e  
203 esclarecimentos quanto àquele assunto. Nesse sentido, solicitou ao Sr. Francisco Lopes que  
204 providenciasse nova convocação daquele instituto para apresentar referido Projeto e  
205 atualizar os membros do Conselho sobre sua execução. Em seguida, o conselheiro José  
206 Lino comentou que havia sido feita toda a medição para a regularização fundiária na região  
207 do Litoral Oeste e que, até aquele momento, não se tinha notícia de como estava aquele  
208 processo. Então, aproveitava e solicitava que o IDACE retornasse ao Conselho também  
209 para prestar contas desse assunto. Após essas manifestações, pediu a palavra o Sr. José  
210 Arlindo Siebra Júnior, convidado, representante da Secretaria do Meio Ambiente de Crato,  
211 para esclarecer que a questão, no caso dos lotes do Ceará, havia sido o *geoscale*, o qual  
212 não fora homologado pelo Ministério por problemas no georreferenciamento, explicando, em  
213 seguida, que pelo contrato de serviços firmado, no georreferenciamento das propriedades  
214 os responsáveis pelo trabalho deveriam utilizar “marcos de cimento”, mas que, na verdade,  
215 haviam se utilizado de “mourão de cerca” para fazê-lo. Então, o Ministério, ao constatar a  
216 não observância do que fora estabelecido em contrato, não homologara o pagamento da  
217 terceira parcela, gerando um imbróglio judicial que mantinha processo paralisado até aquele  
218 momento. Na sequência, a palavra foi passada para a Sra. Socorro Almeida, Secretária de  
219 Planejamento de Tauá, que apontou como grande fragilidade, na maioria dos municípios, a  
220 inexistência de um setor que cuide do Desenvolvimento Urbano, assim como de pessoas  
221 qualificadas para tocar a discussão sobre esse tema. No máximo, acrescentou, o que se  
222 tem é uma Secretaria de Obras ou de Infraestrutura. Nesse contexto, voltando o olhar para  
223 as conferências municipais, ressaltou quão desafiador havia sido o tema proposto pela 6ª  
224 Conferência Nacional, não só pela ausência de profissionais qualificados nos municípios  
225 para falarem e discutirem sobre o tema, como pela falta de interesse geral, em relação a  
226 convocar ou participar das conferências, problemas estes, dentre outros, que contribuíram  
227 para o fraco resultado apresentado e que não cessariam enquanto não houvesse fomento.  
228 No âmbito do Conselho das Cidades, disse que via como grande desafio, primeiramente, a  
229 formação na área para os conselheiros, até porque a política de desenvolvimento urbano  
230 constituía algo muito novo. Neste sentido, sugeria que o ConCidades fizesse uma resolução  
231 recomendando ao Estado do Ceará que assumisse uma política de formação para os  
232 conselheiros municipais. Tomando como exemplo o Plano Diretor, disse que somente a  
233 partir dessa formação é que os conselheiros teriam condições para entender e avaliar se a  
234 norma estava sendo executada ou não. Concluiu apontando aquele que julgava ser o  
235 desafio maior, o de os gestores municipais praticarem a transparência, mediante a  
236 disponibilização para os conselhos municipais das informações pertinentes aos programas e



# Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

237 projetos sob responsabilidade da sua gestão. Em seguida, usou da palavra a Sra. Valéria  
238 Pinheiro, representante do Laboratório de Estudos da Habitação, da UFC, para enfatizar a  
239 importância do ConCidades e dizer quão imperioso era discutir formas de garantir recursos  
240 para sua manutenção no próximo orçamento da Secretaria das Cidades. Outro ponto para o  
241 qual a Sra. Valéria chamou a atenção foi para a discussão do Fundo Estadual de Habitação  
242 Social, por considerá-lo ponto de pauta forte, inclusive para a próxima Conferência Estadual  
243 das Cidades. Após essas participações, Francisco Lopes retomou a palavra para dizer que  
244 passariam direto aos encaminhamentos, de vez que não haveria tempo suficiente para  
245 abordar o último ponto da nova pauta aprovada, no caso, a "Definição de um Plano  
246 Estratégico para o ConCidades/CE", sugerindo fosse marcada uma reunião exclusivamente  
247 para debater o tema. Na sequência, o Sr. Mário Fracalossi propôs o primeiro  
248 encaminhamento, o da Sexec/ConCidades preparar uma minuta de Resolução  
249 Recomendada solicitando à Secretaria das Cidades que proponha aos Bancos que  
250 financiam projetos da Secretaria incluir entre os critérios exigidos para liberação de recursos  
251 o de o município já ter seu Conselho das Cidades criado oficialmente e em pleno  
252 funcionamento. Relativamente à "Definição de um Plano Estratégico para o  
253 ConCidades/CE", Mário Fracalossi sugeriu como encaminhamento resgatar o Plano  
254 Estratégico em vigor desde 2014, o qual contemplava, inclusive, estratégia e ações de  
255 capacitação para os conselheiros, para readequá-lo ao contexto atual vivenciado pelo  
256 Conselho. Em seguida, discutiu-se amplamente a ausência recorrente dos coordenadores  
257 da SCidades e de representante do IDECE nas reuniões do Conselho, fato considerado  
258 inadmissível uma vez que a Sexec/ConCidades emite, antecipada e regularmente, a cada  
259 um deles, e-mail informando do encontro e convidando-os a participar. Outro ponto de  
260 discussão foi a colocação feita por Francisco Lopes de que o MAPP da 6ª Conferência  
261 Estadual ainda não havia sido aprovado pelo Governador. Ao final das discussões, os  
262 conselheiros solicitaram a presença do Secretário Adjunto, Sr. Quintino, para o fechamento  
263 da reunião, ocasião em que o indagaram sobre a questão do MAPP destinado à realização  
264 da 6ª Conferência Estadual, ressaltando a grande preocupação do Conselho em relação  
265 àquele fato. O Secretário Quintino, após ouvi-los, comprometeu-se a tratar daquele assunto  
266 com o Secretário Executivo, Ronaldo, logo ao início da tarde daquele mesmo dia. Em  
267 seguida, o conselheiro José Lino aproveitou para falar sobre a ausência dos coordenadores  
268 da SCidades e do IDECE nas reuniões do ConCidades, tendo o Secretário Quintino se  
269 comprometido a, doravante, passar a convocá-los diretamente. Por fim, o conselheiro Mário  
270 Fracalossi, como membro do ConCidades, convidou o Secretário Quintino para estar  
271 presente em todas as reuniões daquele Conselho, tendo o Secretário aquiescido ao convite  
272 e manifestado sua disposição em se fazer presente, sempre que possível. Nada mais  
273 havendo a tratar o Secretário Quintino agradeceu a presença e participação de todo(a)s e  
274 deu por encerrada a presente reunião.

  
**Francisco Quintino Vieira Neto**  
Secretário Adjunto das Cidades  
Vice-Presidente do ConCidades/CE



# Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

## ANEXO ÚNICO DA ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONCIDADES/CE

### RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Coordenação Executiva do Conselho Estadual das Cidades do Ceará - ConCidades/CE, para o período 22 de agosto de 2016 a 13 de abril de 2017.

O CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ - CONCIDADES/CE, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Nº 14.558, de 21 de dezembro de 2009, e considerando o disposto no §2º, do art. 18, do Regimento Interno do ConCidades, alterado pelas resoluções Nº 01/2012, de 08 de novembro de 2012, e Nº 01/2014, de 19 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Nomear para compor a Coordenação Executiva do Conselho Estadual das Cidades do Ceará, para o período de 22 de agosto de 2016 a 13 de abril de 2017, os seguintes membros:

Representando o Poder Público, os conselheiros José Lino Fonteles da Silveira e Irisletierey Lima de Sousa Fernandes;

Representando a Sociedade Civil, as conselheiras Maria Gorete Fernandes, Tereza Hilda Bezerra de Souza Costa e Anatalice da Silva Cavalcante.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Francisco Quintino Vieira Neto**  
Secretário Adjunto das Cidades  
Vice-Presidente do ConCidades/CE